



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.  
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130  
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740  
Site: [www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br](http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br)  
Email: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)

**EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 924/2022**  
**PROCESSO SES 9798/2022**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL por LOTE**.

**OBJETO: Contratação para os serviços de exames de CINTILOGRAFIA – HIJG E MCD**, conforme especificações constantes do Anexo I.

<b>ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 23h00min. do dia 11/05/2022.</b>
--

**1 - PROPOSTA**

**1.1** - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br) ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

**1.1.1** - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

**1.2** - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

**1.3** - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

**1.4** - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

**1.4.1** - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**1.4.2** - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

**1.4.2.1** - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

**1.4.2.2** - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

**1.4.2.3** - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

**1.4.2.4** - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

**1.4.3** - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

**1.4.4** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

**1.4.5** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**1.5** - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

**1.6** - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

**1.7** - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

## **2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**2.1** – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

**2.1.1** - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

**2.1.2** - O credor que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta-corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação;

**2.2** - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número do Edital, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento;

**2.3** - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

## **3 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**3.1** - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

**3.2** - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

**3.3** - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

**3.4** - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

**3.5.1** - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

**3.5.2** - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

**3.5.2.1** - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

**3.5.2.2** - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

**3.5.2.3** - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

**3.5.2.4** - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

**3.5.2.5** - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

**3.5.3** - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

**3.6** - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

**3.7** - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

**3.8** - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

**3.9** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

**3.10** - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site [www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br](http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br) / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

**3.11** - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

## **4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **4.1 – Qualificação técnica:**

4.1.1 A empresa contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica para realização de todos os exames relacionados neste termo de referência.

4.1.2 Alvará sanitário, expedido pelo órgão federal ou estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário, de conformidade com objeto contratual da licitante e compatível com o objeto desta licitação.

### **4.2 – Justificar a exigência:**

4.2.1 As normas para laboratórios de análises clínicas existem para preservar a integridade de pacientes, clientes, colaboradores e meio ambiente, bem como garantir a eficiência na prestação dos serviços.

## **5 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

**5.1-** As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**Florianópolis, 04 de Maio de 2022.**

Núcleo de Compra Direta  
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

**ANEXO I**  
**SERVIÇOS EM SAÚDE – ORDEM DE FORNECIMENTO**  
**DETALHAMENTO DO OBJETO**

**Solicitante: HIJG - HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO**

**Edital nº: 924/2022 Protocolo: SES 9798/2022**

**LOTE 01: ITENS 01 À 09.**

**Solicitante: MCD - MATERNIDADE CARMELA DUTRA**

**Edital nº: 924/2022 Protocolo: SES 9798/2022**

**LOTE 02: ITENS 10 À 12.**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	050037001	Diagnostico por Imagem CINTILOGRAFIA COM MIBG Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
2	050037001	Diagnostico por Imagem DMSA Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
3	050037001	Diagnostico por Imagem CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GALIO Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
4	050037001	Diagnostico por Imagem Cintilografia Renal Dinâmica - DTPA Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
5	050037001	Diagnostico por Imagem ESVAZIAMENTO GASTRICO Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
6	050037001	Diagnostico por Imagem DIVERTICULO DE MECKEL Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
7	050037001	Diagnostico por Imagem PULMONAR INALAÇÃO Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
8	050037001	Diagnostico por Imagem CINTILOGRAFIA DE FÍGADO E VIAS BILIARES Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	Serviço	6
9	050037001	Diagnostico por Imagem MIBG TERAPEUTICO DOSE 200 mCi	Serviço	6
10	050037001	Diagnostico por Imagem Cintilografia para Divertículo de Meckel	Serviço	6
11	050037001	Diagnostico por Imagem Cintilografia de Fígado e Vias Biliares	Serviço	6
12	050037001	Diagnostico por Imagem Cintilografia para Esvaziamento Gástrico	Serviço	6

## DISTRIBUIÇÃO

**Solicitante: HIJG - HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO**

**Edital nº: 924/2022 Protocolo: SES 9798/2022**

1	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, CINTILOGRAFIA COM MIBG</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
2	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, DMSA</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
3	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GALIO</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
4	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, Cintilografia Renal Dinâmica - DTPA</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
5	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, ESVAZIAMENTO GASTRICO</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
6	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, DIVERTICULO DE MECKEL</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
7	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, PULMONAR INALAÇÃO</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
8	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, CINTILOGRAFIA DE FÍGADO E VIAS BILIARES</p> <p>Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades</p>	servico	1	6	Mensal	6
9	050037001	<p>Diagnostico por Imagem, MIBG TERAPEUTICO DOSE 200 mCi</p>	servico	1	6	Mensal	6

**Solicitante: MCD - MATERNIDADE CARMELA DUTRA**

**Edital nº: 924/2022 Protocolo: SES 9798/2022**

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
10	050037001	Diagnostico por Imagem, Cintilografia para Divertículo de Meckel	servico	1	6	Mensal	6
11	050037001	Diagnostico por Imagem, Cintilografia de Fígado e Vias Biliares	servico	1	6	Mensal	6
12	050037001	Diagnostico por Imagem, Cintilografia para Esvaziamento Gástrico	servico	1	6	Mensal	6

### **1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**1.1**– A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

**1.2** Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexo;

**1.3** As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo II deste edital (Minuta de Contrato);

Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

### **LOTE 01**

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HIJG	Hospital Infantil Joana de Gusmão	Rua Rui Barbosa, 152 Agrônômica – Florianópolis – SC	(48) 3251-9000

### **LOTE 02**

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
MCD	Maternidade Carmela Dutra	Rua Irmã Benwarda, 208 Centro – Florianópolis – SC	(48) 3251-7500

### **2 – REQUISITOS DA PROPOSTA**

**2.1** – Juntamente com a proposta deverá constar também Atestado de Vistoria, conforme modelo do Atestado de Visita (Anexo II-A), a ser fornecido pela Gerência Administrativa ou Diretoria ou quem os substitua na Unidade Solicitante, conforme endereço acima;

**2.1.1** – Durante a vistoria, a proponente tomará conhecimento das condições do equipamento, bem como de materiais necessários para a adequada realização do serviço;

**2.1.2** – Fica definido como período de vistoria a data de publicação deste edital até a data prevista para o envio das propostas;

**2.2** – A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação neste edital, ficando, contudo, as proponentes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar com a proposta a Declaração para opção de não-realização de vistoria (Anexo II-B);

**2.3** – Para fins de julgamento da proposta de preços para execução de serviços, será acrescido o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta quando apresentada por pessoa física na condição de contribuinte individual da Previdência Social, inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 8.212/91, parágrafo 3º do art. 44 e art. 45 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93.

**ANEXO II-A**

**ATESTADO DE VISTORIA**

Atestamos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CGC/MF sob o nº \_\_\_\_\_ para fins da Edital nº **924/2022 – PSES 9798/2022**, cujo objeto é a **Contratação de serviços de exames de CINTILOGRAFIA**, visitou nossa Unidade e verificou as condições, marca e modelo dos equipamentos hospitalares, não tendo dúvidas quanto ao cumprimento das obrigações estipuladas no Edital, bem como confirmou o serviço a ser executado.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Diretor Geral ou Gerente ou quem os substitua

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



ANEXO II-B

DECLARAÇÃO PARA OPÇÃO DE NÃO-REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, na qualidade de representante da empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, que não será necessário realizar vistoria nos locais onde haverá execução dos  
serviços objeto do Edital **924/2022 – PSES 9798/2022**, cujo objeto é a **Contratação de serviços de exames de  
CINTILOGRAFIA**, e que encontro-me ciente de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores  
alegações com base em desconhecimento das instalações.

\_\_\_\_\_  
(Localidade) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela Empresa)

Nome do declarante \_\_\_\_\_

Número da Cédula de Identidade \_\_\_\_\_



**ANEXO III**  
**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

**1. OBJETO:**

1.1 Garantia de continuidade dos serviços de exames de CINTILOGRAFIA, para pacientes internados e ambulatoriais do Hospital Infantil Joana de Gusmão, e para pacientes internados da Maternidade Carmela Dutra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a Unidade Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG), conforme requisição SCCD nº 440, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450/2022 e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a Unidade Maternidade Carmela Dutra (MCD) e conforme requisição SCCD nº 956, 957 E 958/2022.

**1.2 Especificação do Objeto:**

Lote	Unidade	Código CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE MESES DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	FREQUÊNCIA REQUISIÇÃO	SETOR
1	HIJG	05003700 1	Diagnóstico por Imagem, Cintilografia com MIBG Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2694/2022	Direção
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, DMSA Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2695/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, Cintilografia Corpo Inteiro com Gálio Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2696/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, DTPA	6	Mensal	

			Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades		2697/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, Esvaziamento Gástrico  Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2698/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, Divertículo de Meckel  Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2699/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, Pulmonar Inalação  Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2700/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, Cintilografia de Fígado e Vias Biliares  Quantidade de exames mensais: 3 unidades Total de exames no semestre: 18 unidades	6	Mensal 2701/2022	
		05003700 1	Diagnóstico por Imagem, MIBG Terapêutico Dose 200 mCi  Quantidade de exames mensais: 1 unidade Total de exames no semestre: 6 unidades	6	Mensal 450/2022	

Lote	Unidade	Código CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE MESES DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	FREQUÊNCIA REQUISICÃO	SETOR
2	MCD	050037001	Diagnóstico por imagem – esvaziamento gástrico  Quantidade de exames	6	Mensal 956/2022	UTI

			mensais: 1 unidade Total de exames no semestre: 6 unidades			
		050037001	Diagnóstico por imagem – Divertículo de Merckel  Quantidade de exames mensais: 1 unidade Total de exames no semestre: 6 unidades	6	Mensal 957/2022	
		050037001	Diagnóstico por imagem – Cintilografia de fígado e vias biliares  Quantidade de exames mensais: 1 unidade Total de exames no semestre: 6 unidades	6	Mensal 958/2022	

### 1.3 Resumo da Despesa:

Processo SES Nº: SES 9798/2022	
Despesa decorrente de:	(X) Contratação direta ( ) Licitação, ( ) Registro de preço ( ) Convênio ( ) Aditivo a contrato ( ) Outro
Existe contrato anterior:	( ) Não (X) Sim Nº contrato: 363/2016 Valor
Valor da despesa: R\$	( ) Parcela única (X) Parcelado em 6 vezes de R\$
Período da despesa:	Início em 01/05/2022

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Os exames de cintilografia têm indicações em inúmeras especialidades pediátricas, sendo capazes de detectar alterações funcionais decorrentes de algumas doenças, antes que outros métodos de imagem sejam capazes de realizá-lo. Sendo assim, é possível um diagnóstico mais precoce, a introdução mais rápida ao tratamento e monitoramento da resposta terapêutica. São aplicáveis em doenças infecciosas, oncológicas, renais, urológicas, gastrointestinais, cardiovasculares, hepáticas, ósseas, endócrinas, metabólicas, pulmonares, etc.

## 3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 Para pacientes INTERNADOS, os exames deverão ser realizados no prazo de 1 (um) dia útil após a solicitação de agendamento da Unidade Hospitalar, devendo o laudo provisório ser informado por telefone ao médico assistente na data de realização do exame e o laudo definitivo encaminhado à Unidade Hospitalar no prazo de 1 (um) dia útil após a realização do procedimento.

3.2 Para pacientes AMBULATORIAIS, os exames deverão ser realizados em até 7 (sete) dias úteis após a solicitação de agendamento e os laudos e resultados deverão ser encaminhados à Unidade Hospitalar pela Contratada em até 3 (três) dias úteis após a realização do procedimento.

3.3 O pedido de exame deve ser preenchido em formulário próprio de solicitação para pacientes internados e ambulatoriais, com o carimbo e assinatura do médico solicitante, e deverá constar a autorização da Direção ou Gerência Técnica da Unidade Hospitalar (contendo o carimbo do servidor que autorizou)

3.4 As despesas com deslocamento do paciente ao local do exame ficarão a cargo da contratante.

3.5 A contratada deverá prestar os serviços em dependências próprias localizadas no Município de Florianópolis.

## 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 4.1 Qualificação técnica:

4.1.1 A empresa contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica para realização de todos os exames relacionados neste termo de referência

4.1.2 Alvará sanitário, expedido pelo órgão federal ou estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário, de conformidade com objeto contratual da licitante e compatível com o objeto desta licitação.

#### **4.2 justificar a exigência:**

4.2.1 As normas para laboratórios de análises clínicas existem para preservar a integridade de pacientes, clientes, colaboradores e meio ambiente, bem como garantir a eficiência na prestação dos serviços.

### **5. DA ESTIMATIVA**

5.1 Orçamentos:

### **6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS**

#### **6.1 Obrigações da contratada:**

6.1.1 A contratada deverá formalizar os resultados dos exames em 02 (duas) vias, uma a ser encaminhada ao paciente e outra para arquivamento junto ao prontuário da Unidade Hospitalar;

6.1.2 A contratada deve estar apta a realizar atendimento a pacientes recém-nascidos, lactentes, pré-escolares, escolares e adolescentes;

6.1.3 No primeiro dia útil de cada mês a contratada deverá encaminhar a Unidade Hospitalar, para conferência, certificado a nota fiscal de prestação de serviços do mês anterior, com as solicitações dos exames e cópia dos laudos, acompanhado de ficha de anestesia, prescrição do contraste e outros que se fizerem necessários para a realização dos procedimentos;

6.1.4 Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive de materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrente da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe, ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria de Estado da Saúde (SES) pelos mesmos;

6.1.5 Os empregados a serviço da contratada não terão quaisquer vínculo empregatício com a Secretaria de Estado da Saúde (SES);

6.1.6 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a SES poderá confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a contratada possa impugnar o seu valor;

6.1.7 A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pela SES, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

6.1.8 A contratada, através de sua direção ou preposto, compromete-se a participar das reuniões técnicas do corpo clínico da SES quando for solicitada;

6.1.9 A contratada deverá zelar pela boa e integral prestação dos serviços a serem executados, bem como pelas instalações;

6.1.10 A contratada deverá submeter-se a avaliação periódica de itens de controle pela SES, como a responsabilidade de garantir padrões de qualidade;

6.1.11 A contratada fornecerá todo e qualquer material necessário para a perfeita execução dos serviços;

6.1.12 A contratada e seus empregados deverão manter sigilo das informações coletadas das unidades da SES;

6.1.13 A contratada deverá cumprir todas as exigências das leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletivo, a todas as pessoas ligadas a empresa que estiverem realizando os serviços;

6.1.14 A SES exigirá a imediata substituição, na prestação dos serviços, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com os serviços a serem prestados, ficando a contratada responsável pelo ônus decorrente;

6.1.15 A contratada deverá cumprir, além das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

6.1.16 A contratada deverá capacitar os empregados sobre Noções Básicas relativas à Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde no tocante aos serviços a serem prestados;

6.1.17 A contratada deverá substituir o empregado que não estiver satisfazendo as condições requeridas pela natureza dos serviços.

## 6.2 Obrigações da Contratante:

6.2.1 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.2 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

6.2.3 Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.

6.2.4 Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

6.2.5 Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.

6.2.6 A SES designará um ou mais servidores efetivos que atuarão como Gestores do Contrato. A SES também designará um ou mais servidores que serão responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo vedado o acúmulo da função de Gestor e Fiscal por servidor da Gerência.

## 6.3 Fiscalização do contrato

6.3.1 Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade hospitalar, servidor da SES/SC a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

6.3.2 A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos e será exercida no interesse exclusivo da Contratante, com a produção de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades.

Os serviços serão fiscalizados, a fim de:

- a) Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;
- b) Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;
- c) Solucionar problemas executivos;
- d) Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

6.3.3 Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.

6.3.4 A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

## 7. RECURSOS

<b>Origem dos Recursos:</b> ( ) TESOURO ( ) FUNDO ( ) CONVÊNIO ( ) OUTRO ( X ) DEFINIÇÃO POSTERIOR	<b>Dotação dos Recursos:</b> (X) Conforme deliberação da gerência de orçamentos. ( ) Recurso <hr/> ( ) COMPROVADO ( ) NÃO COMPROVADO EM        /        /
---	--

**Condições de Execução:**

( ) PARCELA ÚNICA

(X) PARCELADO

**8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1 A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

8.2 Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

8.3 Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

**9. SANÇÕES DO CONTRATO**

(X) CONFORME                      DECRETO                      ESTADUAL                      N.    2.617/09                      (                      )    OUTRO

---

**10. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

10.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

10.1.1 Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

10.1.2 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

10.1.3 Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

10.1.4 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**11. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

11.1 Início 01/05/2022 vigente por 180 DIAS, caso não haja a conclusão do certame PSES 44928/2020.

**12. CONDIÇÕES GERAIS**

12.1 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos.

12.3 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato.

12.6 O contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

12.7 Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

**13. GESTOR DO CONTRATO:**

HIJG: Maxiliano de Oliveira - Matrícula: 620178-4-01

MCD: Dra. Elyane Rangel Mendes Leal - Matrícula: 659.127-2-01

**14. FISCAL DO CONTRATO:**

HIJG: Fernando Romariz Ferreira - Matrícula: 663249-1-01

MCD: Dra. Lissandra da Silva Mafra Andujar - Matrícula: 330.114-2 MCD: Eduardo Augusto Moretti Brueski  
Matrícula: 372.377-1-02

DATA: 27/04/2022

NOME DO RESPONSÁVEL HIJG: Anna

Cristina Serran LoboTELEFONE: (48) 3251.9203

E-MAIL: [contratoshijg@gmail.com](mailto:contratoshijg@gmail.com)

NOME DO RESPONSÁVEL MCD: Dra. Lissandra da Silva Mafra Andujar TELEFONE: (48) 3251.7626

E-MAIL: [getecmcd@saude.sc.gov.br](mailto:getecmcd@saude.sc.gov.br)



**ANEXO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº \_\_\_\_/ \_\_\_\_**

**Termo de Prestação de Serviços, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa \_\_\_\_\_, através do PSES nº 9798/2022, Edital nº 924/2022, na modalidade de Dispensa de Licitação.**

<b>CONTRATANTE:</b>	Secretaria de Estado da Saúde – Fundo Estadual de Saúde (FES)
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley
Representada por:	

<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

<b>GESTOR:</b>	
Função:	
Unidade:	

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE**

1.1 - O Presente Contrato tem por objeto, Serviços de exames de CINTILOGRAFIA, especificado e quantificado na forma descrita nos Anexos, que passam a serem partes integrantes deste Contrato, juntamente com o Edital e documentos atinentes a este instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, conforme sua proposta e preços finais apurados no Edital 924/2022;

2.2 O valor mensal estimado para este Contrato é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), totalizando a quantia estimada de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) para o período inicial de vigência.

2.3 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

Elemento Despesa:

Unidade Orçamentária:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste contrato;

3.1.1 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

3.2 - A Contratada deverá emitir uma Nota Fiscal para cada unidade hospitalar, por mês.

3.2.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

3.3 - A Contratada deverá apresentar juntamente com cada Nota Fiscal, Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;

3.3.1 - A não apresentação destes documentos, implicará na suspensão do pagamento da fatura, até a apresentação, não incidindo neste caso, em hipótese alguma, qualquer acréscimo de valores;

3.3.2 - As notas fiscais somente serão certificadas pelos fiscais do contrato e pelo Gerente Administrativo ou Diretor da respectiva Unidade se conferirem com todas as condições previstas neste contrato.

3.4 - A Contratada deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre os serviços, o número do Contrato, o número do Edital, do Processo SES, e da Autorização de Serviço.

3.5 - Da Atualização por Inadimplemento:

3.5.1 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, e desde que não haja pendências relativas à execução do Contrato, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c” da Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

##### **4. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.1.1 Para pacientes INTERNADOS, os exames deverão ser realizados no prazo de 1 (um) dia útil após a solicitação de agendamento da Unidade Hospitalar, devendo o laudo provisório ser informado por telefone ao médico assistente na data de realização do exame e o laudo definitivo encaminhado à Unidade Hospitalar no prazo de 1 (um) dia útil após a realização do procedimento.

4.1.2 Para pacientes AMBULATORIAIS, os exames deverão ser realizados em até 7 (sete) dias úteis após a solicitação de agendamento e os laudos e resultados deverão ser encaminhados à Unidade Hospitalar pela Contratada em até 3 (três) dias úteis após a realização do procedimento.

4.1.3 O pedido de exame deve ser preenchido em formulário próprio de solicitação para pacientes internados e ambulatoriais, com o carimbo e assinatura do médico solicitante, e deverá constar a autorização da Direção ou Gerência Técnica da Unidade Hospitalar (contendo o carimbo do servidor que autorizou)

4.1.4 As despesas com deslocamento do paciente ao local do exame ficarão a cargo da contratante.

4.1.5 A contratada deverá prestar os serviços em dependências próprias localizadas no Município de Florianópolis.

##### **4.2 Obrigações da contratada:**

4.2.1 A contratada deverá formalizar os resultados dos exames em 02 (duas) vias, uma a ser encaminhada ao paciente e outra para arquivamento junto ao prontuário da Unidade Hospitalar;

4.2.2 A contratada deve estar apta a realizar atendimento a pacientes recém-nascidos, lactentes, pré-escolares, escolares e adolescentes;

4.2.3 No primeiro dia útil de cada mês a contratada deverá encaminhar a Unidade Hospitalar, para conferência, certificado a nota fiscal de prestação de serviços do mês anterior, com as solicitações dos exames e cópia dos laudos, acompanhado de ficha de anestesia, prescrição do contraste e outros que se fizerem necessários para a realização dos procedimentos;

4.2.4 Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive de materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrente da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe, ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria de Estado da Saúde (SES) pelos mesmos;

4.2.5 Os empregados a serviço da contratada não terão qualquer vínculo empregatício com a Secretaria de Estado da Saúde (SES);

4.2.6 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a SES poderá confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a contratada possa impugnar o seu valor;

4.2.7 A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pela SES, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

4.2.8 A contratada, através de sua direção ou preposto, compromete-se a participar das reuniões técnicas do corpo clínico da SES quando for solicitada;

4.2.9 A contratada deverá zelar pela boa e integral prestação dos serviços a serem executados, bem como pelas instalações;

4.2.10 A contratada deverá submeter-se a avaliação periódica de itens de controle pela SES, como a responsabilidade de garantir padrões de qualidade;

4.2.11 A contratada fornecerá todo e qualquer material necessário para a perfeita execução dos serviços;

- 4.2.12 A contratada e seus empregados deverão manter sigilo das informações coletadas das unidades da SES;
- 4.2.13 A contratada deverá cumprir todas as exigências das leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletivo, a todas as pessoas ligadas a empresa que estiverem realizando os serviços;
- 4.2.14 A SES exigirá a imediata substituição, na prestação dos serviços, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com os serviços a serem prestados, ficando a contratada responsável pelo ônus decorrente;
- 4.2.15 A contratada deverá cumprir, além das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;
- 4.2.16 A contratada deverá capacitar os empregados sobre Noções Básicas relativas à Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde no tocante aos serviços a serem prestados;
- 4.2.17 A contratada deverá substituir o empregado que não estiver satisfazendo as condições requeridas pela natureza dos serviços.

### **4.3 Obrigações da Contratante:**

- 4.3.1 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.3.2 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.
- 4.3.3 Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.
- 4.3.4 Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.
- 4.3.5 Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.
- 4.3.6 A SES designará um ou mais servidores efetivos que atuarão como Gestores do Contrato. A SES também designará um ou mais servidores que serão responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo vedado o acúmulo da função de Gestor e Fiscal por servidor da Gerência.

### **4.4 Fiscalização do contrato**

- 4.4.1 Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade hospitalar, servidor da SES/SC a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;
- 4.4.2 A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos e será exercida no interesse exclusivo da Contratante, com a produção de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades.
- Os serviços serão fiscalizados, a fim de:
- a) Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;
  - b) Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;
  - c) Solucionar problemas executivos;
  - d) Participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.
- 4.4.3 Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da Contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.
- 4.4.4 A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. Este contrato terá vigência de 180 dias a partir da sua publicação.

5.2 - O presente contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações).

## **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

6.1 - Os preços contratados não serão alterados.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

7.1.1 – O contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante conclusão de processo licitatório em trâmite;

7.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

7.2.1 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

7.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

7.2.3 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

7.3 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

## **CLÁUSULA OITAVA – PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

8.1-As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I –declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II –comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III –comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV –declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES**

9.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

9.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

9.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

- 9.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
- 9.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
- 9.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
- 9.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
- 9.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
- 9.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
  - b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
  - c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
  - d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
  - e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
  - f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
  - g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
  - h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.
- 9.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- 9.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
- 9.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
- 9.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;
- 9.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;
- 9.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
  - b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.
- 9.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
  - b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 9.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;
- 9.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;
- 9.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

9.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, servidor HIJG: Fernando Romariz Ferreira Matrícula: 663249-1-01MCD: Dra. Lissandra da Silva Mafra Andujar Matrícula: 330.114-2MCD: Eduardo Augusto Moretti Brueski Matrícula: 372.377-1-02, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

10.1.1 – A gestão do contrato será exercida pelo(a) representante: HIJG: Maxiliano de Oliveira Matrícula: 620178-4-01 e MCD: Dra. Elyane Rangel Mendes Leal Matrícula: 659.127-2-01.

10.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato;

10.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

11.1 – A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.2 – A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do §1º. do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

11.3 – A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

11.4 – A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

11.5 – Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

11.6 – A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição,

apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares dedados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

11.7 – Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

11.8 – A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

11.9 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.10 – A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção dedados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente contratação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Nona;

12.6 - O presente contrato é regido, pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

12.7 - Os casos omissos no presente instrumento terão sua resolução subordinada a legislação vigente supracitada.

12.8 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em uma via, perante o gestor.

Florianópolis,

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADA